

LEIA AINDA NESTA EDIÇÃO

Alunos carentes relatam dificuldades para efetivar matrícula

Assembléia dos funcionários divulga Carta à Comunidade

A reitora Maura Véras reafirmou ao presidente da AFAPUC, Anselmo Antonio da Silva, na semana passada, a sua decisão de não receber mais de cinco diretores da entidade para as negociações salariais. A assembléia dos funcionários deliberou, no último dia 24, insistir numa nova negociação com a Reitoria, antes de entrar com ações de cumprimento da sentença judicial sobre o reajuste da categoria (7.66%).

Na reunião do Consun de 29/6, Maura negou que o diálogo estivesse rompido, justificando que a Reitoria apenas não queria que as

reuniões com a AFAPUC se transformassem em assembléias.

Usando a palavra, Anselmo Antonio da Silva afirmou que, desde 5/5, quando foi dado ganho de causa aos funcionários sobre o reajuste salarial, a Reitoria tem se recusado a receber a entidade ou responder de maneira clara aos seus documentos. Ponderou ainda que, assim como os funcionários não escolheram com quais assessores gostariam de conversar, esperava que a Reitoria não nomeasse com quais interlocutores gostaria de se reunir.

Uma nova assembléia da categoria está marcada para esta segundafeira, 14h, na sala 333, para que os funcionários tomem novos encaminhamentos sobre a questão.

Professores

Como noticiamos nas edições anteriores, o Sindicato dos Professores

Reitoria não recebe toda a diretoria da AFAPUC

de São Paulo, (Sinpro-SP) fechou um acordo com o Sindicato das Mantenedoras (do qual a PUC faz parte), prevendo um reajuste de 7,66% a partir de maio/2005 e manutenção

das cláusulas sociais durante dois anos.

Esse reajuste já deveria ser aplicado aos salários de junho e, retroativamente, aos de maio/05. Nesta quinta-feira, 7/7, às 17h, está agendada uma reunião entre a APROPUC e a Reitoria, onde os administradores da universidade deverão se manifestar sobre a aplicação do reajuste.

A Comissão de Acompanhamento da Crise da Universidade recebeu da Reitoria parte dos materiais solicitados. Os documentos referem-se aos balanços da instituição desde 1993 e dados relativos ao ano de 2004.

No mês de julho este material será organizado pelos professores que compõem a comissão, para que em agosto seja iniciada uma análise mais detalhada.

Consun polêmico debate nomeação de "supervisor da dívida", eleições e crise política

O Conselho Universitário da quarta-feira, 29/6, que durou cerca de sete horas, deparou-se com uma pauta insólita: a informação de que um padre da Cúria Metropolitana seria nomeado para supervisionar a dívida bancária da universidade.

Os conselheiros, depois de muita polêmica, definiram que novas eleições devem ser realizadas para a direção da Faculdade de Ciências Sociais em agosto. A discussão estendeu-se por toda a manhã, e foi marcada por intervenções inflamadas, que culminaram numa votação apertada (10x7)

votos). Se o resultado tivesse sido mantido pelo conselho, uma das chapas venceria a eleição por menos de um voto (0,4).

Na pós-graduação, uma nova candidatura foi homologada para concorrer à presidência, também em agosto. O professor Salvador Sandoval – antes vice de Willis Santiago, que teve seu nome impugnado – encabeça a chapa que vai disputar o cargo com a atual presidente, Anna Cintra. Nesta edição, trazemos o relato completo da reunião, que continua extraordinariamente nesta segunda-feira, a partir das 9h.

Cadê o diálogo?

Quem não se lembra quando, durante sua campanha eleitoral, a atual reitora, professora Maura Véras, repetia: "nossa plataforma será pautada pelo diálogo, diálogo, diálogo... e o plano de gestão será construído pelos três segmentos da universidade".

Na ocasião, em todas as vezes que a atual reitora procurou a associação, como candidata, nunca foram colocadas barreiras no sentido de delimitar o número de diretores da AFAPUC que iriam dialogar com ela.

Diferentemente das palavras anunciadas pela reitora, atualmente a associação, legítima representante dos Funcionários da PUC-SP, não tem tido sucesso em agendar encontros para tratar de assuntos de interesse dos funcionários e da universidade.

Depois de quase dois meses de tentativas diárias de marcar reuniões, de envios de cartas e ofícios solicitando uma agenda de discussões, constatamos que a Reitoria da PUC-SP aparenta não querer conversar, dialogar ou negociar com os trabalhadores, pois até o momento não conseguimos marcar reuniões nem obtivemos resposta dos documentos encaminhados para o gabinete da Reitoria.

Foi dito anteriormente, por um assessor da Reitoria, que a associação se sobrepunha às reitorias anteriores. Ora, nunca foi desejo da entidade atropelar ou intervir na gestão de qualquer Reitoria. A associação nunca se recusou a discutir com o corpo administrativo qualquer assunto relativo às políticas acadêmicas, administrativas e financeiras da universidade.

Estamos nos empenhando em ações que possam contribuir com saídas para a crise econômica da PUC-SP. Porém, como as portas da Reitoria não estão abertas aos Funcionários, não tem sido possível realizar tais discussões, e essa tarefa tem tornado as relações de trabalho cada vez mais tensas.

O que nos causa muita estranheza é o fato de a reitora anunciar no Conselho Universitário a nomeação de um padre para supervisionar a dívida da universidade. Sem ampla discussão com a toda a comunidade, algo tão bombástico surge de uma forma tão natural. E paralelamente a isso, os trabalhadores não são recebidos em sua própria casa.

Os princípios colocados por essa gestão deixam claro que a intervenção na PUC-SP se dará internamente, enquanto que, nos Estatutos da Fundação São Paulo, está muito claro que quem deve nomear qualquer pessoa para fazer a arrecadação de receita, aplicação de verbas e fiscalização é o presidente da mesma Fundação.

Não queremos ficar reféns desta situação. Conclamamos a Reitoria para que se sensibilize e restabeleça o diálogo com os Funcionários.

Diretoria da AFAPUC

DIÁLOGO

Estudantes impedidos de fazer matrícula

PUCviva foi procurado na semana passada por alunos da Faculdade de Ciências Sociais, que relataram impossibilidade de efetivar suas matrículas para o segundo semestre.

São basicamente dois grupos: no primeiro, os bolsistas que foram obrigados a pagar a matrícula em janeiro. Na época, a Reitoria ofereceu um parcelamento em três vezes, mas a grande maioria desses estudantes não teve condições de pagar nada além da primeira parcela.

O segundo grupo é composto por estudantes que pagaram integralmente a matrícula, e acabaram recebendo bolsas no meio do semestre. Como tais bolsas não são retroativas, ainda resta a eles arcar com duas ou mais mensalidades.

Reitoria não responde

Segundo o aluno Marcelo Tomassini, do CACS, os estudantes foram informados de que, se não sanassem as dívidas, não poderiam continuar cursando a PUC. Com isso, o CA enviou documento à Reitoria na semana passada, buscando discutir o problema, mas não obteve retorno. "A Reitoria nos acusa de não querer negociar. Mas quando a procuramos, não há nenhuma resposta", diz Marcelo.

Há ainda um terceiro grupo de alunos em dificuldade: são aqueles que tiveram seus pedidos de bolsa indeferidos pelo Expediente Comunitário, por não preencherem os requisitos estabelecidos pelo setor.

EVENTO

Debate sobre Reforma Sindical adiado para agosto

Acontece no começo de agosto o debate que vai fechar o ciclo sobre Reforma Sindical promovido pela APROPUC e pelo Núcleo de Relações de Trabalho da Faculdade de Serviço Social.

Estarão presentes representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e do Conselho de Base do Sindicato dos Trabalhado-

res da USP (Sintusp).

O ciclo marcou o lançamento da edição especial da revista *PUCviva* sobre o tema, que traz artigos refletindo diversos pontos de vista sobre o projeto do governo. Os dois debates anteriores tiveram a presença de Erson Martins, diretor da associação dos professores, Júlio Turra e Francisvaldo Mendes, da CUT.

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. Coordenação: Valdir Mengardo. Sub-editor: Leandro Divera. Reportagem: Ébano Piacentini. Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. Colaboraram nesta edição: Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. Telefones da Apropuc: 3670-8209 e 3872-2685. Correio Eletrônico: apropuc@uol.com.br. Telefone da Afapuc: 3670-8208. Endereço do PUCviva: Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Carta Aberta à Comunidade

Em face à carta que Sua Eminência o Cardeal Dom Cláudio Hummes, Grão-Chanceler da PUC-SP, dirigiu à comunidade recentemente, os Funcionários da PUC-SP, reunidos em assembléia no dia 24 de junho de 2005, vêm expressar sua preocupação.

Nós, trabalhadores da PUC-SP, compreendemos e vivenciamos diariamente a situação delicada por que passa a universidade.

No intuito de manter a postura de contribuir para que sejam encontradas soluções para os problemas da PUC-SP, tendo em vista o compromisso que temos e a contribuição que damos diariamente, com nosso trabalho, ao desenvolvimento desta Instituição de Ensino Superior, sempre estivemos dispostos a negociar e estabelecer acordos e até propusemos um acordo político de ordem econômico-financeira.

Em sua carta, Sua Eminência o Cardeal Dom Cláudio Hummes escreveu: "confio que a comunidade não poupará sacrifícios pessoais, ainda que na forma de direitos adquiridos, para que a Universidade possa subsistir e crescer como referência para o ensino superior brasileiro".

É verdade que o momento exige desprendimento e uma quota de sacrifícios a ser assumida pela comunidade puquiana. No entanto, fica difícil se chegar a um acordo quando o que se pede aos trabalhadores é que abram mão de direitos, e não se apresenta nenhum tipo de contrapartida, a médio ou mesmo a longo prazo.

Perguntamos: até quando docentes indicados por Reitorias (assessores) continuarão a ocupar cargos administrativos na PUC-SP, barrando o acesso de funcionários a postos da sua carreira?

Nos causa estranheza que os sacrifícios só são feitos por alunos (mensalidades altas), professores (reduções de carga de trabalho ou sobrecarga com o mesmo número de horas, recebimento parcelado do salário e do 13.º) e funcionários (demissões, engessamento do plano de cargos, salários e carreira e descumprimento do acordo interno de trabalho). E os gestores, até quando vão receber as chamadas "verbas de representação" (ou qualquer outro nome que

recebam esses adicionais), em diferentes porcentagens acrescidas aos salários, para executar funções para as quais o próprio contrato e deliberações que regem a atividade docente não contemplam esse tipo de bonificação extra? Ninguém se elege ou é nomeado para um cargo político-administrativo dentro de uma instituição como a PUC-SP sem saber que terá que se dedicar integralmente e incondicionalmente à sua função. A nenhum funcionário ou professor deveria interessar receber mais do que o justo valor pelo trabalho vendido à Fundação São Paulo. Por que os gestores teriam então o "direito" de receber valores adicionais que podem chegar a 100% do salário? Por que não compartilham os sacrifícios com os demais membros da comunidade? Se não se abre mão de adicionais, que não constituem direitos adquiridos, como pedir aos trabalhadores que façam sacrifícios nessa direção?

Nós, os trabalhadores, questionamos os destinos da universidade. Em que modelo está embasado tal projeto, conforme citado na referida carta? Como é possível a participação ativa do corpo administrativo em algo que é estranho à comunidade? Não assinaremos nenhum "cheque em branco". A Reitoria alega que precisa de todos, mas ao mesmo tempo toma vários posicionamentos sem consultar qualquer segmento.

Queremos uma PUC-SP com autonomia acadêmica, política e administrativa, sem abrir mão de direitos conquistados com muita luta.

No entanto, para que qualquer acordo seja possível nesse sentido, é imprescindível a restauração do diálogo entre os gestores e os segmentos da comunidade. Desta forma, conseguiremos elevar um projeto de universidade com princípios éticos e transparentes, mesmo com divergência de opinião. Afinal, estamos numa universidade que preza seu caráter democrático.

Esperamos estar contribuindo para que se estabeleça, entre nós, um entendimento claro do significado das palavras.

Assembléia da AFAPUC

Resumo de meu mandato no Cepe

Eric Calderoni

Tive um mandato curto como representante dos Pós-graduandos, que começou em fevereiro devido a ter na última hora saído uma bolsa para eu passar o segundo semestre de 2004 no exterior. Mesmo assim pude defender, entre outros pontos:

- expansão de cursos superavitários para gerar receitas e aumentar as possibilidades de integração graduação-pós;
- mensalidades diferenciadas/ redução das mensalidades para aumentar a procura e a adimplência em cursos que têm desempenhado mal financeiramente;
- apoio dos pós-graduandos à graduação (eventos, monitorias, palestras, apoio a TCCs);
- inclusão dos relatórios de Iniciação Científica no acervo da biblioteca (ficam atualmente num almoxarifado);
- mais atividades e cursos interdisciplinares e interinstitucionais;
- inclusão de pontos nas propostas da PUC de emendas à Reforma do Ensino Superior, sobretudo em relação à defesa de valores humanísticos, generalistas e pluralistas; proteção aos douto-

res; à gestão democrática das IESs; e à regulamentação da educação à distância;

- protestar contra a demissão dos 12 funcionários grevistas, sem maiores explicações à comunidade, assim como contra o tratamento dado pelos veículos de comunicação da Reitoria a certas vertentes do movimento estudantil de graduação;
- tramitação mais inclusiva de cursos interdisciplinares em departamentos e programas do campo do curso (por exemplo, votando contra a aprovação do novo Mestrado em Ciências da Saúde, que não tem nada de psicologia no projeto pedagógico);
- celeridade no desenvolvimento de uma extensão que capte recursos e atenda a demandas sociais:
- elegibilidade da chapa Willis/Salvador, impugnada, segundo a análise da APG, sem base nem no Estatuto, nem no Regimento, nem no Edital;
- repasse financeiro à APG, que foi promessa de campanha da Reitoria e do qual dependemos para otimizar nosso trabalho; e
- construção de um clima de harmonia e pacto, que possa culminar na criação de novas modali-

dades de contrato docente.

Para o próximo ano, teremos que continuar pensando em medidas para redução da dívida e realizar as reformulações curriculares que são obrigatórias. Para além disso, as prioridades continuam as mesmas, posto que houve somente avanços tímidos em relação às metas acima, às quais somo a criação de cursos de outras modalidades (tecnológicos e educação à distância), missão a que não podemos nos furtar, mas que requer precauções e espírito crítico para que não traiamos nossos valores.

Acredito que a maioria da Comunidade concorde em princípio com os pontos que defendemos, faltando pro-atividade para romper com comodismos, reservas de mercado e pactos corporativistas que impedem sua aplicação.

Eric Calderoni é vice-presidente da Associação dos Pós-Graduandos da PUC-SP, conselheiro eleito para o Consun e está encerrando seu mandato no Cepe.



Assembléia dos funcionários

4/7

Segunda-feira

14h - sala 333

Crise política da universidade

Maura anuncia nomeação de padre para administrar dívida

Em reunião do Conselho Universitário de 29/6, a reitora Maura Véras informou aos conselheiros que vai nomear o Padre José Rodolfo para acompanhar a negociação da dívida bancária da PUC. O religioso é membro da Cúria Metropolitana de São Paulo, e foi indicado pelo grão-chanceler da PUC Dom Claudio Hummes. Maura afirmou que "a parceria com a Igreja é o caminho natural", enquanto o vice-reitor comunitário João Décio Passos defendeu que "politicamente, é mais saudável ter alguém trabalhando junto à Reitoria".

O anúncio causou espanto e preocupação entre os conselheiros. A professora Madalena Peixoto afirmou que ter o apoio de Dom Claudio é bom, mas que "a nomeação de um elemento da Cúria é desnecessária", e que "a universidade tem autonomia não só acadêmica, mas administrativa" em relação à Igreja. Mariângela Wanderley também considerou inadequada a nomeação: "é melhor separar os poderes", disse. O vice-reitor administrativo Flávio Saraiva afirmou que "a postura da cúria tem sido de parceria", e que isto "reforça a autonomia", pois "o que comprometia a autonomia era a dívida com muitos bancos a juros exorbitantes". O conselheiro Adhemar de Caroli sugeriu que a nomeação fosse feita através da Secretaria Executiva da Fundação São Paulo, chefiada pela própria reitora. Maura afirmou que irá acolher as preocupações dos conselheiros.

Em clima tenso, Consun aprova novas eleições nas Ciências Sociais

A sessão do Consun de 29/6 tinha uma pauta excepcionalmente extensa, mas teve seus rumos alterados pelo caso das eleições para a direção da Faculdade de Ciências Sociais (*PUCvivan*.º536). A chapa de Antonio Rago e Douglas Santos já havia requisitado novas eleições à Comissão Central Eleitoral, mas o pedido foi negado. Um último recurso foi, então, levado pela chapa ao Consun.

Vários membros da comunidade lotarama sala P-65 para acompanhar o julgamento. Por isso, os conselheiros Ana Bock e Edison Nunes requisitaram que o recurso fosse o primeiro ponto de pauta. No início, a reitora Maura Véras resistiu, alegando que todas as pautas tinham igual importância, mas acabou cedendo à inversão.

Sem ler em voz alta o documento de Rago e Douglas, a professora Mariângela Wanderley apresentou ao conselho seu parecer, defendendo que o recurso não fosse acatado. "Eu não sei do que se trata", protestou Ana Bock, pedindo que a íntegra do recurso fosse lida para todos. Começava aí uma discussão que levou cerca de cinco horas, em que a Reitoria mediu forças com inúmeros conselheiros, com direito a acusações de golpismo e falas ásperas, mas também diversas reflexões a respeito da democracia puquiana e das próprias eleições.

O recurso trazia argumentos para justificar que, qualquer que fosse o vencedor das eleições, não haveria legitimidade, frente aos problemas que marcaram o processo. Um deles, que acabou sendo amplamente debatido na reunião, dizia respeito ao colégio eleitoral, que incluía dezenas de professores de departamentos externos à Faculdade.

A deliberação que regula as eleições diz que, para as direções de faculdades, "são eleitores todos os professores e funcionários em efetivo exercício naquela unidade". Em 25/5, o Consun discutiu o que seria esse efetivo exercício. Naquela sessão, diversos conselheiros defenderam que os professores podiam votar em quaisquer faculdades em que ministram aulas. Nada foi votado, mas a interpretação acabou sendo aplicada em todas as

unidades. O conselheiro Edison Nunes foi um dos que questionaram esse viés, alegando que os "usos e costumes" das eleições na universidade determinavam que um professor só pode votar para a direção da própria Faculdade à qual está vinculado.

Contudo, a professora Ana Bock apontou que o que estava em discussão não eram mais as normas ou o colégio eleitoral, mas a diferença de votos – num universo superior a mil votantes, a chapa Rogério Arantes/Mônica de Carvalho ganharia a eleição por uma diferença de 0,4 votos. "Nesta universidade, não temos medo de disputa, temos medo de dúvida. Que a Faculdade tenha o direito de refazer sua disputa", arrematou.

Candidatos

Os candidatos também tiveram direito à palavra. Rogério Arantes fez longa exposição ressaltando as normas do pleito, e Douglas Santos afirmou estar reivindicando a legitimidade das eleições, e não seu resultado. "O problema é político", afirmou. O CACS também se manifestou, em nome de 700 alunos que assinaram uma carta pedindo novas eleições sem a participação de professores de outras faculdades, "pois o voto de um professor de fora da Faculdade equivale a 15 votos de alunos", afirmou o estudante Marcelo Tomassini.

A Reitoria insistia em dizer que, se fosse mudado o colégio eleitoral nas Ciências Sociais, uma regra geral das eleições seria ferida, abrindo um precedente para que outras unidades contestassem o pleito. O vice-reitor comunitário João Décio Passos chegou a afirmar que a aceitação do recurso em pauta anularia todo o processo eleitoral. Diversos conselheiros, como Ana Paula Jahn, Edison Nunes e Ana Bock, disseram estar extremamente incomodados com a insistência da Reitoria em bater na mesma tecla, o que, para eles, desqualificava todo o debate sobre a especificidade do caso, único em que houve recurso. Por fim, chegou-se à votação, que aprovou as novas eleições. O colégio eleitoral foi mantido.

Rolanarampa

Consun sabatina ouvidor nesta segunda

O assessor da Reitoria que há sete meses ocupa o cargo de ouvidor da universidade vai comparecer ao Conselho Universitário nesta segunda-feira, 4/7, às 9h. Na sessão, Fernando Altemeyer, da Teologia, vai responder a uma pergunta de cada conselheiro, para que depois possa assumir oficialmente o cargo. O ex-padre e ex-assessor de Dom Paulo Evaristo Arns foi indicado pela Reitoria logo após o Consun ter fixado critérios e normas para a criação da Ouvidoria. Foi estabelecido que o ouvidor pode ser professor ou funcionário da universidade. e terá mandato de dois anos, prorrogáveis por mais dois. No caso de um professor,

0

como Altemeyer, a remuneração é uma porcentagem de verba de representação, correspondente à sua categoria na carreira, num contrato de dedicação integral. Mas nada se falou no Consun sobre como seria a remuneracão caso um funcionário venha a ser indicado no futuro. Esse foi um dos questionamentos da conselheira Bernardete Maciel na reunião que ocorreu em 29/6. A resposta da reitora Maura Véras: "o que está na pauta é a sabatina de um candidato. O cargo iá foi criado". A professora disse considerar a preocupação pertinente, mas sugeriu que fosse pautada apenas quando, de fato, um funcionário for indicado.



Artes do Corpo em alta

A Semana do curso de Artes do Corpo deste ano foi a maior já organizada até agora. Entre 27 e 30/6, quase cem atividades foram realizadas por alunos e professores, com os mais variados temas e estilos. Acima, a aluna do 3.º ano Fernanda Malatesta apresenta a performance Espectro, na noite de quinta-feira, no saguão do Tucarena.

Cadastramento eletrônico gera polêmica

A APROPUC recebeu uma carta do professor Reinaldo Augusto Gomes Simões, da Faculdade de Psicologia, reclamando da exigência de que toda correspondência eletrônica da PUC seja enviada exclusivamente para os endereços cadastrados em @pucsp. br. Para o professor, a iniciativa é arbitrária e vai con-

tra o conceito e a prática da Internet. "Imaginem se todo remetente de mensagem condicionar o envio de e-mails a domínio específico", questionou. Protesto semelhante foi encaminhado pela assembléia dos funcionários, que desaconselhou os trabalhadores da casa a criarem endereços @pucsp.br.

CAs voltarão a ter repasse

O repasse de 1% das mensalidades aos centros acadêmicos da PUC - uma das promessas de campanha da atual Reitoria voltará a existir. A cobrança será feita em linha separada no boleto de pagamento, para que o estudante tenha opção de pagar ou não a contribuição, que na verdade é somada ao valor original da mensalidade. Segundo comunicado divulgado pela Reitoria, os CAs deverão apresentar um projeto "em que sejam explicitados os fins culturais, políticos, esportivos, assistenciais, entre outros", e prestar "contas periódicas à comunidade e à Reitoria".

Convênio da Intermédica aumenta quase 10%

Funcionários e professores da PUC que possuem convênio com a Intermédica Sistema de Saúde terão um reajuste de 9,8% aplicado aos descontos da folha de junho. O subsídio fornecido pela PUC continua sendo o equivalente ao Plano Padrão, e agora passa a R\$ 57,81. O reajuste é proporcional ao IGPM acumulado entre maio de 2004 e abril de 2005 e, de acordo com Divisão de Recursos Humanos, já estava previsto no contrato entre a empresa e a Fundação São Paulo.

Último dia de David Lynch

Nesta segunda-feira, 4/7, a Videoteca realiza as duas últimas sessões da mostra de filmes do cineasta americano David Lynch, no Auditório Banespa (térreo do Prédio

Novo). Às 12h, serão exibidos Eraserhead e alguns curtas do diretor. Às 17h, o famoso A estrada perdida fecha a mostra. Informações: 3670-8267.